

Políticas públicas, segurança alimentar e renda no assentamento Oziel Alves Pereira, Tocantins

*Public policies, food security and income in the Oziel Alves Pereira settlement,
Tocantins*

Graciany Costa dos Reis 

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Demandas Populares e Dinâmicas
Regionais (PPGDire)

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

graciany.reis@ufnt.edu.br

Maurício Ferreira Mendes 

Doutor em Geografia

Universidade Federal do Norte do Tocantins, Brasil

mauricio.mendes@ufnt.edu.br

Resumo

No Brasil, a partir da década de 1990, surgem as primeiras políticas públicas voltadas a agricultura familiar, devido à pressão dos movimentos sociais do campo. Nesse contexto, a partir do ano 2003, é implementado o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), estruturado a partir das ações do Fome Zero e reestruturado em 2023, após o seu desmonte. Assim, o objetivo deste artigo foi analisar como se efetiva o acesso ao Programa de Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento Oziel Alves Pereira, município de Cachoerinha/Tocantins, com enfoque na promoção da segurança alimentar e renda oriunda da comercialização de alimentos via mercados institucionais, além de sua influência com o fortalecimento da agricultura familiar. Para consecução do objetivo proposto, foram adotados quatro procedimentos metodológicos: 1) pesquisa bibliográfica e documental; 2) coleta de dados; 3) elaboração de representação cartográfica; e 4) visitas de campo na área de estudo. Os resultados mostram que o mais recente projeto de PAA do assentamento Oziel Alves Pereira (2023/2024), comercializa 44 tipos de alimentos, fornecidos por 54 associados da Cooperativa dos Agricultores da Reforma Agrária e de Pequenos Produtores (CooperAmazônia), totalizando recursos financeiros no valor de R\$ 742.850,45. Conclui-se que a produção gerada e comercializada com apoio do PAA propicia segurança alimentar e renda para os camponeses, fortalecendo a agricultura familiar, portanto, o PAA precisa ser uma política de Estado, com recursos financeiros garantidos a continuidade do programa.

Palavras-chave: Agricultura familiar; Compras públicas; Norte do Tocantins.



<https://doi.org/10.28998/contegeo.11i.25.19258>.

Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

Submetido em: 30/08/2024

Aceito em: 08/04/2026

Publicado: 24/04/2026

e-Location: 19258

Abstract

In Brazil, the first public policies aimed at family farming emerged in the 1990s, due to pressure from rural social movements. In this context, the Food Acquisition Program (PAA) was implemented in 2003, structured based on the actions of the Zero Hunger Program and restructured in 2023, after its dismantling. Thus, the objective of this article was to analyze how access to the Food Acquisition Program is effective in the Oziel Alves Pereira settlement, in the municipality of Cachoerinha/Tocantins, with a focus on promoting food security and income from the sale of food via institutional markets, in addition to its connection with the strengthening of family farming. To achieve the proposed objective, four methodological procedures were adopted: 1) bibliographic and documentary research; 2) data collection; 3) preparation of cartographic representation; and 4) field visits to the study area. The results show that the most recent PAA project of the Oziel Alves Pereira settlement (2023/2024), sells 44 types of food, supplied by 54 members of the Cooperative of Farmers of Agrarian Reform and Small Producers (CooperAmazônia), totaling financial resources worth R\$ 742,850.45. It is concluded that the production generated and sold with the support of the PAA provides food security and income for peasants, strengthening family farming, therefore, the PAA needs to be a State policy, with financial resources guaranteed for the continuity of the program.

Keywords: Family farming; Public procurement; North of Tocantins.

INTRODUÇÃO

Historicamente, as políticas de desenvolvimento rural no Brasil privilegiaram e continuam privilegiando a grande propriedade e o agronegócio, sujeitando a agricultura familiar de burocracia para alocação de recursos financeiros e falta de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER). Apenas em 1995, com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), houve uma tentativa de reconhecimento e de se integrar as demandas dos pequenos agricultores ao cenário político e econômico nacional, mas sem solucionar o problema fundamental de acesso à terra (MENDES, 2017).

Neste ínterim, surgem novas políticas públicas voltadas ao apoio da agricultura familiar, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA, doravante). “Criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696/2003, e reinstituído pela Lei nº 14.628 de 20 de julho de 2023 [...]. O PAA é um programa estratégico para o país, tanto no combate à fome, quanto na promoção da segurança alimentar e nutricional” (MDS, 2024, p. 1).

Ademais, o PAA apoia a estruturação das cadeias produtivas de alimentos que compõem a cesta básica, orientando as diversas ações do governo para a promoção da segurança alimentar e nutricional que vão desde o apoio a produção, abastecimento e comercialização de alimentos, com o intuito da garantia do direito humano a

alimentação adequada, todas essas ações no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (MDS, 2024).

Segundo Vieira et al. (2024), a estratégia do governo Lula foi criar uma gama de políticas públicas, que atendesse a reivindicações dos movimentos sociais do campo, camponeses e demais setores da sociedade, como estudiosos e pesquisadores de universidades e/ou centros de pesquisa. Assim, o PAA foi implementado, no âmbito da reativação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2003.

Outro ponto estratégico do PAA é o apoio à comercialização dos alimentos produzidos em assentamentos rurais, por meio dos mercados institucionais, abrindo uma nova oportunidade de escoamento da produção. Corroborando com essa afirmação, Modenese e Sant’Ana (2019, p. 20) destacam que o PAA possibilita uma “nova dinâmica de comercialização dos agricultores, ao permitir a obtenção de uma renda monetária que se mostrou relevante para a melhoria da condição de vida, especialmente daquelas famílias mais vulneráveis [...]”.

No contexto brasileiro, o tema alimentação adequada a todos ainda é um desafio enorme, visto as condições de desigualdades e oportunidades de acesso à educação, saúde e trabalho. Dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre o ano de 2023 (IBGE, 2024) mostram que a insegurança alimentar no Brasil representa cerca de 27,6% da população, ou seja, 21,6 milhões de pessoas. No contexto tocantinense, o percentual de insegurança alimentar alcança 28,79% ou 454.116 mil pessoas. A pesquisa do IBGE destaca ainda que a situação é mais agravante para mulheres, negros e para a população das áreas rurais (IBGE, 2024).

Diante do contexto, o objetivo desta pesquisa foi analisar como se efetiva o acesso da política pública PAA no assentamento Oziel Alves Pereira, município de Cachoerinha/Tocantins, com enfoque na promoção da segurança alimentar e na geração de renda oriunda da comercialização de alimentos via mercados institucionais, além da sua influência com o fortalecimento da agricultura familiar.

A justificativa desta pesquisa fundamenta-se na relevância social, econômica e científica sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu impacto nos assentamentos rurais, com ênfase no assentamento Oziel Alves Pereira. O PAA é uma política pública estratégica para a segurança alimentar e nutricional, além de representar uma importante ferramenta para a geração de renda e o fortalecimento da

agricultura familiar. Diante disso, compreender como essa política se materializa em um assentamento específico contribui para avaliar sua efetividade e seus desafios, fornecendo subsídios para aprimoramentos e novas estratégias de implementação.

Cientificamente, o estudo contribuir para a literatura sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e assentamentos rurais, dialogando com debates sobre reforma agrária, desenvolvimento territorial e segurança alimentar. A análise combinada de dados secundários, geoespaciais e empíricos permite uma abordagem interdisciplinar que amplia o entendimento sobre os impactos do PAA. Além disso, a pesquisa pode fornecer referências para estudos futuros e embasar políticas públicas mais eficazes no contexto da agricultura camponesa.

Assim, a relevância deste estudo reside na necessidade de compreender como políticas públicas como o PAA afetam a vida dos assentados, fornecendo informações fundamentais para acadêmicos, gestores e movimentos sociais que atuam na construção de uma agricultura mais sustentável e socialmente justa.

O presente artigo está estruturado em três seções que abordam os aspectos centrais da pesquisa, além dessa introdução e referências. Na primeira seção discorreu-se sobre as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, com destaque para o PAA e sua relação com a segurança alimentar e a geração de renda. Em seguida, caracterizou-se o assentamento Oziel Alves Pereira, enfatizando suas particularidades sociais e ambientais. Na última seção dissertou-se sobre o PAA na área de estudo, com destaque para os alimentos produzidos e comercializados por meio desta política pública.

METODOLOGIA

A presente pesquisa adota uma abordagem metodológica estruturada em quatro principais procedimentos, fundamentados nas diretrizes de Gil (2002), que destaca a importância da clareza metodológica para a validade dos resultados. O primeiro procedimento consiste na pesquisa bibliográfica e documental sobre a política pública do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e temas correlatos, como segurança alimentar e nutricional, geração de renda e assentamentos rurais. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica permite a contextualização do problema, oferecendo um referencial teórico sólido e auxiliando na identificação de lacunas existentes na literatura.

O segundo procedimento envolve a coleta de dados secundários em instituições como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). De acordo com Marconi e Lakatos (2003), a obtenção de dados secundários complementa as informações levantadas na revisão de literatura, fornecendo um embasamento empírico para a análise do objeto de estudo. A terceira etapa corresponde à elaboração da representação cartográfica, utilizando o software livre QGIS, versão 3.18. O uso de Sistemas de Informações Geográficas (SIGs) é essencial para a espacialização das informações e a análise territorial, sendo amplamente recomendado por Câmara et al. (1996). A cartografia temática permitiu visualizar padrões espaciais relacionados à distribuição e aos impactos do PAA no assentamento analisado.

Por fim, o quarto procedimento metodológico envolveu a realização de trabalho de campo no assentamento Oziel Alves Pereira, em abril de 2024. Conforme Gil (2002), a pesquisa de campo é essencial para obter dados primários e validar informações secundárias. Durante as visitas, foram empregadas técnicas de observação direta e entrevistas semiestruturadas com agricultores assentados, buscando compreender suas percepções sobre a implementação do PAA.

Para a elaboração dos mapas, foi utilizada uma imagem do satélite Landsat 9, sensor Operational Land Imager – OLI 2, obtida a partir do Serviço Geológico Americano, referente ao ano de 2024. A imagem possui escala de 1:70.000, resolução espacial de 30 metros e data de aquisição de 10/07/2024, com órbita/ponto 222/64. O processamento das imagens foi realizado no QGIS 3.18, seguindo a metodologia descrita por Câmara et al. (1996), garantindo precisão na análise espacial. A integração dessas estratégias metodológicas – pesquisa bibliográfica e documental, coleta de dados institucionais, elaboração cartográfica e pesquisa de campo – possibilitou uma abordagem multidimensional do objeto de estudo, alinhada às recomendações de Gil (2002).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Políticas públicas, segurança alimentar e renda

Schneider e Grisa (2014) examinam a evolução das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no Brasil, identificando três gerações de programas e

iniciativas que demonstram as mudanças nas estratégias do governo nessa área. A primeira fase, estabelecida nos anos 1990, foi caracterizada por uma ênfase no setor agrícola e agrário, com destaque para medidas como o financiamento rural, o seguro safra e a colonização rural. Durante esse momento, merece destaque a implementação do Pronaf, que teve papel fundamental para incluir os pequenos agricultores no mercado e fortalecer as economias locais e/ou regionais. Estas medidas foram desenvolvidas em reação aos protestos de movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores rurais, que exigiam apoio do governo para os agricultores familiares.

A segunda fase das políticas públicas passou a incluir aspectos sociais e de assistência, expandindo iniciativas para garantir alimentação e promover a inclusão social. Durante essa época, surgiram iniciativas como o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), estabelecendo mercados institucionais que garantam renda aos agricultores familiares e possibilitam o acesso a alimentos de boa qualidade a grupos vulneráveis. Estes projetos indicaram progresso na relação entre o governo e a sociedade civil, com envolvimento de entidades sociais na formulação de políticas públicas (SCHNEIDER; GRISA, 2014).

Finalmente, a terceira geração, que tem a sustentabilidade como seu principal objetivo, procurava fortalecer os princípios da segurança alimentar e nutricional. Neste momento, as políticas públicas começaram a focar na criação de novos mercados e na implementação de técnicas agroecológicas, incentivando a mudança para sistemas de produção mais resilientes e ecologicamente sustentáveis. Schneider e Grisa (2014) destacam que as políticas dessas gerações não seguem uma direção linear, mas sim se ajustam constantemente às necessidades sociais e as mudanças econômicas, ressaltando a relevância do diálogo entre o Estado e a sociedade na formulação de políticas que beneficiem o desenvolvimento rural e a geração de renda de maneira justa e sustentável.

Belik (2024) explora a evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), enfatizando sua expansão para englobar fatores como segurança alimentar, sustentabilidade e saúde, como forma de lidar com as desigualdades e os desafios trazidos pela globalização. De acordo com o autor, ao longo da história, a fome foi considerada algo natural e inevitável, mas pesquisadores como Josué de Castro revelaram sua ligação direta com a má distribuição de alimentos e as disparidades sociais. Essa visão mudou a forma de encarar a insegurança alimentar, resultando na

implementação de políticas que consideram a disponibilidade, acesso, estabilidade e utilização dos alimentos, juntamente com preocupações sobre a segurança alimentar, possibilitando maior regulação das atividades produtivas em nível local.

Seguindo na discussão, o autor ressalta que as grandes empresas têm adquirido poder nos sistemas alimentares globalizados, o que leva as desigualdades na disponibilidade de alimentos saudáveis e na diminuição da função reguladora do Estado. No atual contexto, a agroecologia aparece como uma opção viável e sustentável, ao priorizar técnicas fundamentadas na diversidade de espécies, na reciclagem de recursos e no estímulo das economias regionais. De acordo com a definição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) é necessário a urgência de adotar métodos de produção sustentáveis, para por exemplo, lidar com problemas como a predominância de alimentos ultraprocessados e os efeitos ambientais da indústria (Belik, 2024).

Belik (2024) chega à conclusão de que a adoção de modos sustentáveis exige cooperação entre governos, sociedade civil e movimentos sociais, com ênfase na elaboração de políticas públicas que deem prioridade à saúde, ao meio ambiente e ao direito humano à alimentação. Portanto, é preciso ir além das restrições do modelo produtivista globalizado, fomentando sistemas alimentares que sejam mais equitativos e capazes de garantir diversidade cultural e inclusão social como pilares para lidar com os desafios atuais. Assim, a garantia da autonomia das comunidades e a conservação dos recursos naturais são aspectos essenciais para fortalecer a segurança alimentar e os assentamentos rurais.

Com base nas investigações de Schneider e Grisa (2014) e Belik (2024), é possível afirmar que as políticas públicas voltadas à agricultura familiar são imprescindíveis para a promoção da segurança alimentar e renda. Programas como o Pronaf, PAA e PNAE não apenas integram pequenos agricultores aos mercados institucionais, mas também reforçam as economias locais e/ou regionais, facilitando o acesso a alimentos de qualidade e estimulando práticas de produção sustentáveis.

Schneider e Grisa (2014) ressaltam ainda que tais políticas atendem às reivindicações históricas dos movimentos sociais, implementando mecanismos que promovam a integração mais equitativa dos agricultores familiares no sistema econômico. Por sua vez, Belik (2024) enfatiza a importância do fortalecimento da produção local e da criação de mercados sustentáveis, como medidas essenciais para

reduzir as disparidades no acesso aos alimentos e fomentar a segurança alimentar. Ao combinar sustentabilidade na produção, geração de renda e inclusão social, tais políticas estratégicas buscam transformar os sistemas agroalimentares, tornando-os mais resilientes e equitativos.

Por fim, políticas públicas, como o PAA, proporcionam não apenas uma fonte de renda estável para os agricultores familiares, mas também desempenham um papel essencial na promoção de sistemas alimentares mais acessíveis, evidenciando a interligação entre a segurança alimentar, renda e assentamentos rurais. A perpetuação e o aperfeiçoamento do PAA são fundamentais para assegurar repercussões de longa duração, tanto no enfrentamento da fome quanto na geração de renda para a agricultura familiar.

Caracterização do assentamento Oziel Alves Pereira

O estado do Tocantins é diverso, com a presença de vários grupos sociais, como quebradeiras de coco, indígenas e agricultores familiares. Atualmente conta com 378 assentamentos rurais, dos quais 108 estão situados na região norte do Estado do Tocantins, conhecida como região do Bico do Papagaio. Nesse contexto, o assentamento Oziel Alves Pereira se destaca tanto pela produção agropecuária quanto pelo acesso as políticas públicas de desenvolvimento rural, como por exemplo, o PAA (INCRA, 2021).

O assentamento rural Oziel Alves Pereira, está localizado a 2 km do perímetro urbano do município de Cachoeirinha, norte do estado do Tocantins (Figura 1), foi implementado pelo INCRA em 12 de dezembro de 2002 e abrange uma área de 1.738,8 km². O local tem capacidade de suporte para 53 famílias, oferecendo moradia e espaço para o cultivo de espécies vegetais e a criação de pequenos, médios e grandes animais (INCRA, 2021).

A história do assentamento Oziel Alves Pereira começou em Araguaína, Tocantins, no ano 1998, quando cerca de 900 pessoas ocuparam a Fazenda Caracol. Porém, essa tentativa foi frustrada, e as pessoas acabaram sendo desapropriadas. Em 2000, elas tentaram novamente, desta vez ocupando a Fazenda Maria Ari, que tinha 13 mil hectares, está também localizada no município de Araguaína/TO, mas foram novamente impedidas devido a restrições legais relacionadas as leis ambientais que não

permitiriam exploração para fins de assentamento em áreas de preservação permanente, segundo dados coletados em campo.

Figura 1 – Localização do assentamento Oziel Alves Pereira, Cachoeirinha/TO.



Fonte: Autores (2024)

Em 2002, os camponeses voltaram a tentar, ocupando a Fazenda Marundá, sendo esta localizada no município de Cachoeirinha/TO. Os trabalhadores que pleiteavam a terra realizaram protestos que duraram cerca de 15 dias em frente à sede do INCRA em Palmas, além de ficarem acampados na fazenda Marundá, buscando uma resolução favorável. Dessa vez, as reivindicações foram bem-sucedidas e conseguiram que o assentamento fosse institucionalizado pelo órgão federal Incra.

Apesar de tantas lutas pelo direito à terra, os desafios não acabaram. Quando os moradores da área urbana de Cachoeirinha souberam da criação do assentamento em seu município situado a apenas 2 km do perímetro urbano, surgiram revoltas na cidade, afirmando sem conhecer os fatos, que não traria benefícios para a cidade. Assim, quando alguns assentados tentaram tomar posse das terras recém-institucionalizadas no novo assentamento, foram impedindo pelos moradores de

Cachoeirinha. Isso levou a um novo protesto no INCRA em Palmas, exigindo uma solução para o impasse. Aos poucos, os moradores de Cachoeirinha entenderam a importância do assentamento Oziel Alves Pereira para a produção de alimentos e o desenvolvimento local e hoje a convivência dos moradores da área urbana com os moradores do assentamento rural ocorre de forma pacífica.

O nome Oziel Alves Pereira foi em homenagem a um trabalhador rural de 17 anos morto no Pará, por conflitos de terra, no ano de 1996. Atualmente, o assentamento possui uma agrovila com igreja, mercadinho e outros serviços que não funcionam, como um posto de saúde desativado, além de apiários e viveiro de mudas nativas (Figura 2).

Figura 2– Viveiro de mudas e o posto de saúde desativado do assentamento Oziel Alves Pereira..

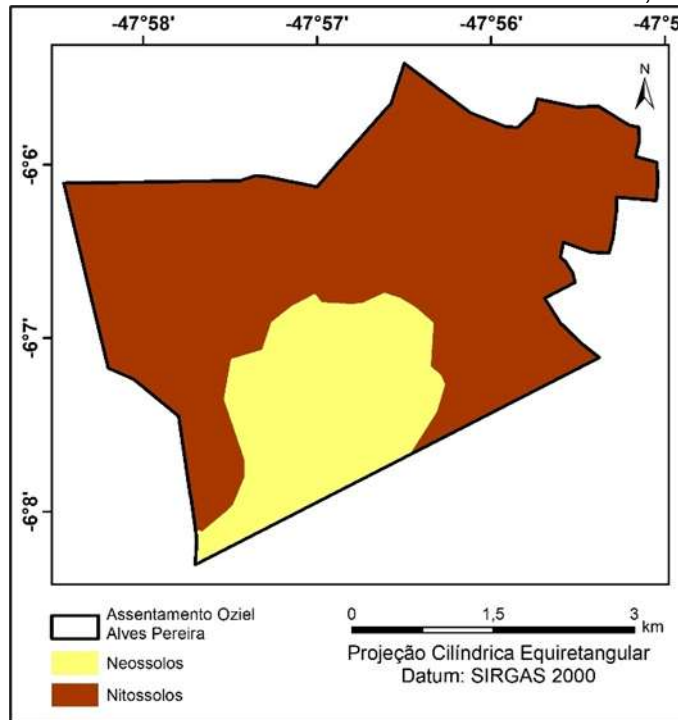


Fonte: Autores (2024)

Quanto as características ambientais, o assentamento Oziel Alves Pereira possui uma área de reserva legal com diversas espécies nativas preservadas, além disso, o local é banhado pelos córregos Cachoeirinha e Extrema, sendo que este último é intermitente.

O Assentamento Oziel Alves Pereira possui dois tipos de classes de solo, sendo o Neossolos que abrange 23,01% e o Nitossolos que ocupa 76,09%. Destaque-se que o primeiro é rico em areia, não sendo o mais indicado para as culturas estabelecidas no assentamento, já o segundo se destaca pela boa fertilidade, apresentando-se excelente para a produção de diversas culturas (Figura 3).

Figura 3 – Classes de solos no assentamento Oziel Alves Pereira, Cachoeirinha/TO.



Fonte: Autores (2024)

Segundo a Embrapa (2021a), os Neossolos são solos formados a partir de material mineral ou orgânico pouco espesso, nos quais não há manifestação suficiente dos atributos diagnósticos que definem os diferentes processos de formação dos solos. Isso ocorre devido à maior resistência do material de origem ou à ação limitada dos fatores de formação, como clima, relevo ou tempo, que podem impedir ou restringir a evolução do solo. Esses solos mantêm predominantemente características herdadas do material de origem e são classificados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solos (SiBCS) como solos pouco evoluídos, sem a presença de um horizonte diagnóstico, ou seja, trata-se de um solo jovem ou pouco desenvolvido, onde os processos pedogenéticos ainda não formaram horizontes diferenciados.

Os Neossolos podem variar quanto à saturação por bases, podendo ser eutróficos (alta saturação) ou distróficos (baixa saturação), além de apresentarem acidez e teores elevados de alumínio e sódio. Sua profundidade também é variável, podendo ser desde solos rasos até profundos, com permeabilidade que varia de baixa a alta (EMBRAPA, 2021a).

Quanto aos Nitossolos, são solos constituídos por material mineral, não hidromórfico, sendo definido pelo SiBCS pela presença de horizonte diagnóstico

subsuperficial B nítico em sequência a qualquer tipo de horizonte A. Apresentam baixa atividade da argila, podendo apresentar caráter alítico imediatamente abaixo do horizonte A ou dentro dos primeiros 50 cm do horizonte B (EMBRAPA, 2021b).

O horizonte diagnóstico B nítico é caracterizado pelo desenvolvimento de estrutura e de cerosidade, mas apresenta relação textural (B/A) menor que 1,5 [o valor 1,5 refere-se à relação textural (B/A), que é a razão entre o teor de argila no horizonte B e no horizonte A de um solo]. Essa relação é usada na classificação dos solos para diferenciar horizontes B texturais daqueles que não apresentam um incremento expressivo de argila. O que exclui solos com incremento no teor de argila requerido para a maior parte do horizonte B textural. Apresentam textura argilosa ou muito argilosa (teores de argila maiores que 350g/kg de solo) (EMBRAPA, 2021b). Esses tipos de solos são os que predominam no assentamento Oziel Alves Pereira, contribuindo para a produção agrícola e a produção de alimentos.

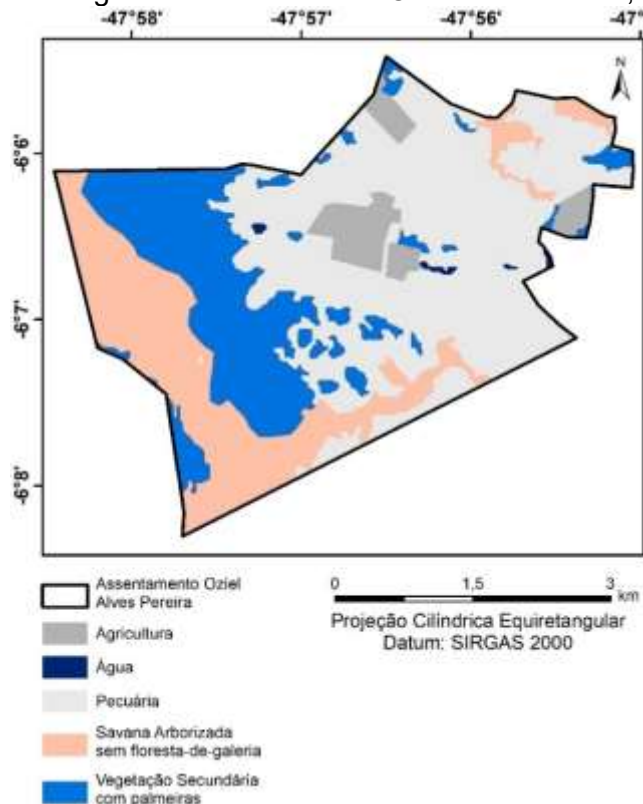
Ainda tratando das questões ambientais, realizou-se estudo sobre a cobertura vegetal e uso da terra no assentamento Oziel Alves Pereira, onde foram mapeadas as seguintes classes temáticas: agricultura; água; pecuária; savana arborizada sem floresta de galeria e vegetação secundária com palmeiras representados na figura 4. Esse mapeamento se torna importante, visto que conhecendo as transformações da paisagem no assentamento, é possível estabelecer práticas mais sustentáveis alinhadas a produção agropecuária.

Um exemplo de práticas sustentáveis adotadas no assentamento Oziel Alves Pereira é a adoção da agroecologia, como forma de não dependência de pacotes tecnológicos, ao invés disso, os agricultores familiares utilizam caldas naturais a partir da pimenta, do fumo e da urina de vaca, além da calda bordalesa que são utilizados para combater diversas pragas e doenças que atacam as culturas. Também são adotados o uso racional de água e estimulado a participação de todos por meio da cooperativa e outros espaços coletivos de discussão.

A primeira classe temática mapeada no assentamento Oziel Alves Pereira foi a agricultura. No ano de ano de 2023, a agricultura familiar representou cerca 5,62% ou 99,33 hectares, com diversos alimentos produzidos e comercializados, como veremos no próximo tópico sobre o PAA. Segundo Vieira et al. (2023), experiências de produção de alimentos associadas ao PAA, se apresentam fundamental para as famílias, visto que os

alimentos são primeiramente para o consumo da família, posteriormente comercializando o excedente, o que refletirá na promoção da segurança alimentar.

Figura 4 – Cobertura vegetal do assentamento Oziel Alves Pereira, Cachoeirinha/TO..



Fonte: Autores (2024)

A segunda classe temática aferida foi a água, com 0,33% ou 5,84 hectares, representado pela superfície da lâmina de água dos córregos Extrema e Cachoeirinha. As águas dos córregos são utilizadas pelos agricultores familiares para pesca, consumo humano, lazer, irrigação de culturas agrícolas e dessedentação de animais. Segundo o IBGE (2012) é necessário conservar as áreas de preservação permanente, como as matas ciliares, para manutenção da qualidade de água na região.

A terceira classe mapeada no presente estudo foi a pecuária, sendo que esta é a classe mais abrangente, com 48,30% ou 854,25 hectares do assentamento. Os agricultores familiares do Oziel Alves Pereira criam pequenos rebanhos de gado bovino, principalmente, para a comercialização de leite in natura e para alimentação da família. A produção de leite é comercializada com apoio da CooperAmazônia, que segundo dados coletados em campo, busca adquirir tanques de resfriamento, aumentando, assim, a produção leiteira do assentamento.

A pecuária intensiva, apesar de ter sido uma das atividades responsáveis pelo desmatamento nas últimas décadas na Amazônia (KOHLENER et al., 2021), no assentamento Oziel Alves Pereira, apresenta-se de forma integrada às paisagens e aos tipos de vegetação que ocorrem e em pequenas quantidades, contribuindo para o sustento das famílias e destacando-se na cadeia produtiva do leite na região (SILVA et al., 2023).

Quanto a cobertura vegetal encontrada no assentamento Oziel Alves Pereira, foram mapeados dois tipos, quais sejam: a savana arborizada sem floresta de galeria e a vegetação secundária com palmeiras. O primeiro tipo é caracterizado pela presença de árvores baixas, isoladas e inseridas num estrato herbáceo contínuo. Já vegetação secundária com palmeiras é caracterizada por áreas onde ocorreu intervenção para atividades, como pecuária, agrícola ou mineradora (IBGE, 2012).

A savana arborizada sem floresta de galeria ocupa cerca de 23,07% ou 408,03 hectares, representado, principalmente, por áreas próximas aos dois córregos já citados do assentamento. Neste tipo de vegetação encontra-se espécies como: mogno, aroeira, angio, Jussara, ipê, candeia e jatobá que fornecem diversos benefícios para os agricultores familiares, como sensação térmica mais agradável, madeira e alimentos.

As áreas ocupadas por vegetação secundária com palmeiras, se encontram em processo de regeneração natural, visto que anteriormente o assentamento Oziel Alves Pereira era uma fazenda e se encontrava bastante antropizada. Os agricultores estão evitando danos ambientais nessa área para que a vegetação secundária possa ressurgir cada vez mais, com novas espécies de frutos, medicinais e que sirvam de alimento para as abelhas produzirem o mel e seus subprodutos. A principal palmeira que se destaca neste tipo de vegetação é o babaçu, que é fonte de renda para diversas famílias do assentamento, principalmente na forma de mesocarpo e óleo.

Sendo assim, a análise do uso da terra e da cobertura vegetal se tornam indispensáveis para compreender as práticas agrícolas e pecuárias adotadas, sempre buscando conciliar com práticas agroecológicas. No caso do Assentamento Oziel Alves Pereira, esta análise revela uma distribuição diversa de classes utilizadas, que expressam tanto a ocupação humana quanto a conservação de recursos naturais do assentamento, sobretudo a terra, a água e a biodiversidade.

O programa de aquisição de alimentos no assentamento Oziel Alves Pereira

Os agricultores familiares das diversas regiões do estado do Tocantins acessam a política PAA desde 2010, principalmente, por meio da modalidade Compra com Doação Simultânea (PAA-CDS), embora existam outras modalidades, como o PAA apoio à formação de estoques, que tem como finalidade apoiar bancos públicos de estoques de alimentos da agricultura familiar (CONAB, 2018).

Conforme a pesquisa de Vieira et al. (2023), no período de 2010 a 2020, agricultores familiares de 42 municípios tocantinenses acessaram o PAA-CDS, sendo que 15 desses municípios estão localizados na região norte do Estado, o que demonstra a vocação da região para a produção de alimentos diversificados e de qualidade, uma vez os alimentos são produzidos sem a utilização de agrotóxicos.

No assentamento Oziel Alves Pereira, o mais recente projeto do PAA-CDS iniciou-se em 2023 e encerrou-se em 2024, envolveu 54 camponeses associados à Cooperativa de Agricultores da Reforma Agrária e de Pequenos Produtores (CooperAmazônia) (CONAB, 2024). Os alimentos produzidos pelos agricultores familiares do assentamento desempenharam papel fundamental na segurança alimentar, proporcionando alimentos nutritivos e diversificados para suas famílias e para as pessoas em situação de vulnerabilidade nutricional. Além disso, fortaleceram a economia local e/ou regional (MENDES, 2017).

Além da CooperAmazônia, o assentamento Oziel Alves Pereira também conta com outro coletivo, que é a Associação de Pequenos Produtores Roseli Nunes, fundada em 2002. A associação possui cerca de 53 associados, desempenha papel essencial no suporte à produção e comercialização dos produtos agrícolas. Durante a visita de campo ao assentamento Oziel Alves Pereira, observou-se a diversidade de culturas agrícolas cultivadas pelos agricultores familiares do local, evidenciando a variedade de produtos agrícolas produzidos, conforme ilustra a figura 5 a seguir.

Os alimentos produzidos no assentamento Oziel Alves Pereira são comercializados tanto localmente, ou seja, dentro do próprio assentamento, quanto na cidade de Cachoeirinha, por meio da feira livre. Além disso, os agricultores familiares acessam políticas públicas de compras institucionais, como o PAA, por meio da CooperAmazônia para comercializar seus produtos. A seguir apresenta-se os 44 alimentos que foram comercializados via mercado institucional (PAA-CDS, 2023) os quais foram classificados em cinco categorias (CONAB, 2024):

- Frutos: abacate, abacaxi, banana da terra, banana maçã, banana marmelo, banana nanica, banana pacovan, banana prata, cajá, coco seco, coco verde, laranja, lima, limão, melancia, murici, pequi e tangerina;
- Grãos e farináceos: amendoim comum, farinha de mandioca puba, farinha de mandioca seca fina branca, feijão caupi, feijão comum, milho verde em espiga e polvilho;
- Processados e derivados: massa de mandioca (massa de puba), polpa de abacaxi, polpa de acerola, polpa de cajá, polpa de cupuaçu, polpa de goiaba e polpa de manga;
- Tubérculos: inhame e raiz de mandioca;
- Hortaliças e verduras: abóbora cabocla, abobrinha verde, alface, cheiro verde, couve, jiló, maxixe, pepino, pimenta de cheiro e quiabo.

Figura 5 – Cultivo de quiabo, milho, banana e feijão no assentamento Oziel Alves Pereira, Tocantins.

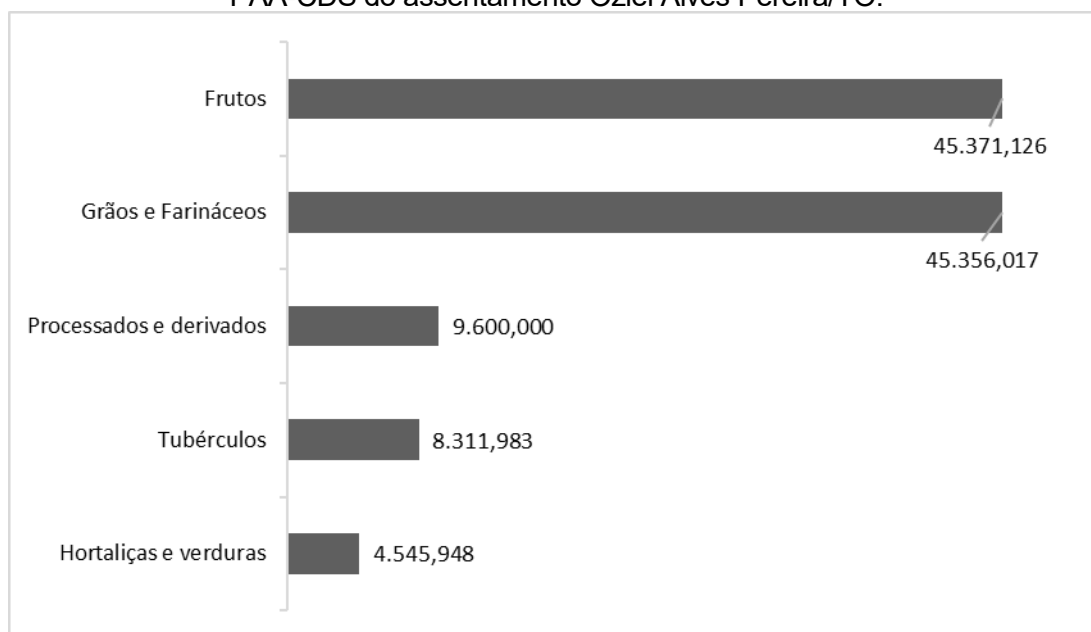


Fonte: Autores (2024)

A categoria mais comercializada via PAA-CDS foi a de frutos, seguida de grãos e farináceos e de processados e derivados, posteriormente tubérculos e hortaliças/verduras. O gráfico 1 demonstra as cinco categorias comercializadas e suas

quantidades em quilogramas, totalizando 112.297,522 quilogramas no total de alimentos ofertados pelos agricultores familiares do assentamento Oziel Alves Pereira.

Gráfico 1 – Categorias de alimentos e suas quantidades em quilogramas comercializados via PAA-CDS do assentamento Oziel Alves Pereira/TO.



Fontes: CONAB (2024).

A produção desses alimentos ocorre nos lotes do assentamento Oziel Alves Pereira, sendo que a CooperAmazônia organiza o total da produção e elabora o projeto PAA-CDS, que é encaminhado a Conab/TO, com o projeto aprovado, os agricultores familiares começam a entregar em instituições sociais, como escolas, creches e outras instituições públicas, conforme determinado pela CONAB/TO.

A variedade de alimentos atende às necessidades alimentares locais e amplia a oferta de alimentos nutritivos e acessíveis na região, ou seja, promove assim a segurança alimentar para as famílias do assentamento Oziel Alves Pereira e para as famílias do município de Cachoeirinha, onde são comercializados, corroborando com estudos de Vieira et al. (2023) e Mendes (2017).

O projeto PAA-CDS ora analisado, período de 2023/2024, gerou uma renda no valor de R\$ 742.850,45 (Setecentos e quarenta dois mil reais, oitocentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos) oriundos da comercialização dos alimentos elencados, gerando renda para 54 associados da CooperAmazônia. Porém, conforme dados coletados em campo, os recursos financeiros disponíveis no âmbito geral do

PAA/Tocantins são instáveis, visto que há períodos do ano que não ocorre contratações, devido à falta de verba pública para empenhar os projetos submetidos a CONAB/TO, prejudicando a comercialização dos agricultores familiares do Oziel Alves Pereira.

Segundo o presidente da CooperAmazônia, do assentamento Oziel Alves Pereira, o PAA se mostra imprescindível para apoiar a comercialização dos alimentos e essa falta de recursos financeiros, acaba prejudicando a comercialização. O presidente destaca ainda a importância dos agricultores familiares acessarem outros canais de comercialização, como venda direta, cestas solidárias, a fim de enfrentar melhor essa volatilidade de recursos financeiros do PAA.

De acordo com Valerio (2019), a organização na produção e na conquista de mercados é crucial para a autonomia dos agricultores, permitindo assim que eles decidam o que produzir e como gerir suas práticas agrícolas e comerciais. O acesso ao PAA fortaleceu essa autonomia no assentamento Oziel Alves Pereira, valorizando a diversidade dos alimentos produzidos localmente, muitas vezes sem utilização de agrotóxicos. Esse modelo de produção é fundamental para a conservação da biodiversidade e manutenção de um sistema de produção mais sustentável.

Além disso, os dados coletados durante as visitas de campo demonstram que o PAA tem causado um impacto positivo na economia local. Mendes (2017) argumenta que a agricultura familiar é viável economicamente por meio de políticas de compra pública, que garantem uma renda estável para os agricultores familiares. A pesquisa de Vieira et al. (2023) corrobora com essa ideia ao demonstrar que o PAA tem sido um importante meio para a inclusão social e econômica dos agricultores familiares do Tocantins. No caso específico do assentamento Oziel Alves Pereira, os recursos financeiros disponibilizados pelo PAA foram fundamentais para a organização da produção e comercialização eficiente dos produtos locais, favorecendo a resiliência econômica das famílias envolvidas.

Os autores Moraes e Ponte (2022), destacam ainda a importância da produção de alimentos dos assentamentos rurais para a mesa do brasileiro, visto que no Brasil, a agricultura familiar é a responsável por uma grande parte dos alimentos consumidos internamente, incluindo 87% da mandioca, 70% do feijão e 46% do milho.

Esses resultados de produção do assentamento Oziel Alves Pereira confirmam que o PAA, ao incluir a agricultura familiar no sistema de compras públicas institucionais, cumpre um papel estratégico para a segurança alimentar e nutricional na zona rural e

urbana, além de fortalecer as economias locais e/ou regionais. No entanto, é crucial que o PAA seja permanente e receba financiamento constante para assegurar seu impacto a longo prazo e consolidar a segurança alimentar e renda dos assentamentos rurais localizados nas diferentes regiões brasileiras (MST, 2023; SEAD, 2017).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre o acesso e o impacto do PAA na organização social das famílias e na organização da produção agrícola do assentamento Oziel Alves Pereira reforçam a relevância da implementação de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, a fim de garantir a promoção da segurança alimentar. Destaca-se que essa organização social dos agricultores familiares ocorre por meio da participação em cooperativas e/ou associações que são fundamentais para o acesso da política pública e a busca de apoio institucional de entidades do setor público e terceiro setor.

Outra diretriz do PAA que contribui diretamente para o fortalecimento da agricultura familiar é o apoio à comercialização, já que este é um dos principais gargalos do assentamento Oziel Alves Pereira, ou seja, o PAA tem contribuindo tanto na promoção da segurança alimentar como na geração de renda, por meio da comercialização em mercados institucionais, como escolas, creches, asilos e outras entidades de interesse público, contribuindo para a manutenção das famílias no campo com alimentos diversificados e de qualidade.

Por fim, para que o PAA permaneça gerando estes efeitos benéficos no assentamento analisado, é imprescindível que seja alocado recursos financeiros e que o PAA se torne uma política pública de Estado, com garantias de funcionamento e continuidade, mesmo em diferentes governos, atendendo os assentamentos e comunidades rurais, povos indígenas, pescadores artesanais, quebradeiras de coco babaçu e demais grupos sociais que queiram comercializar sua produção com preços justos e sem atravessadores. Ou seja, o PAA se apresenta fundamental para as famílias de agricultores familiares do assentamento Oziel Alves Pereira, tanto no fortalecimento da organização social, como na produção agrícola e na autonomia dos assentados, fortalecendo, assim, agricultura familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela concessão de bolsas de estudos, nível mestrado, a primeira autora deste texto.

REFERÊNCIAS

BELIK, W. Examinando o conceito de segurança alimentar e nutricional e suas novas dimensões. Texto para Discussão. Unicamp. IE, Campinas, n. 460, fevereiro 2024.

CÂMARA, G; SOUZA, R. C. M.; FREITAS, U. M.; Garrido, J. S.: Integrating remote sensing and GIS by object-oriented data modeling. Computers & Graphics, v. 20, n. 3, p. 395 – 403, 1996.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Legislação Básica. 2018. Disponível em: <http://www.conab.gov.br>. Acesso em: 10 de out. 2024.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento. Execução do PAA. 2024. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa>. Acesso em: 18 out. 2024.

EMBRAPA. Neossolos. 2021a. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/neossolos>. Acesso em 10 out. 2024.

EMBRAPA. Nitossolos. 2021b. Disponível em: <https://www.embrapa.br/agencia-de-informacao-tecnologica/tematicas/solos-tropicais/sibcs/chave-do-sibcs/nitossolos>. Acesso em 10 out. 2024.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico da Vegetação Brasileira. Rio de Janeiro: IBGE, 2012, 323p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Segurança alimentar nos domicílios volta a crescer em 2023. 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/39838-seguranca-alimentar-nos-domicilios-brasileiros-volta-a-crescer-em-2023>. Acesso em: 12 dez. 2024.

INCRA. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Assentamentos Rurais. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos-relacao-de-projetos>. Acesso em 18 set. 2024.

KOHLER, M. R.; BAMPI, A. C.; SILVA, C. A. F. da; ARANTES, A.; GASPAR, W. J. O desmatamento da Amazônia brasileira sob o prisma da pecuária: a degradação dos recursos hídricos no contexto da região norte de Mato Grosso. Research, Society and Development, v. 10, n. 11, e66101119252, p. 1-24, 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MDS. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, família e combate à fome. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). 2024. Disponível em: <https://paa.mds.gov.br/page/>. Acesso em: 06/12/2024.

MENDES, M. F. Políticas públicas em assentamentos rurais: potencialidades e limitações do PAA e do PNAE em Mato Grosso. 2017. 235f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Socioambientais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, 2017.

MODENESE, V. S.; SANT'ANA, A. L. Diversificação produtiva e de comercialização de agricultores familiares assentados de Mirandópolis (SP): contribuições do Programa de Aquisição de Alimentos. Revista de Economia e Sociologia Rural, 57(4), p. 636-655, 2019.

MORAES, L. G. S; PONTE, K. F. Agricultura camponesa e produção de alimentos na Amazônia: uma análise sobre os polos agroflorestais em Rio Branco, Acre. Revista NERA, Presidente Prudente, v. 25, n. 63, p. 143-163, 2022.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. 7 Benefícios do PAA para os assentamentos de Reforma Agrária. 2023. Disponível em: <https://mst.org.br/2023/03/21/7-beneficios-do-paa-para-os-assentamentos-de-reforma-agraria/>. Acesso em: 24 de março de 2024.

SCHNEIDER, S.; GRISA, C. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 52, suplemento, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20032014000600007>. Acesso em: 23 nov. 2024.

SEAD. Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário. Brasil: 70% dos alimentos que vão à mesa dos brasileiros são da agricultura familiar. 2017. Disponível em: <https://sna.agr.br/brasil-70-dos-alimentos-que-vaio-a-mesa-dos-brasileiros-sao-da-agricultura-familiar/>. Acesso em: 16 out. 2024.

SILVA, C. M.; SILVA, M. L. P. B.; PINHEIRO, M. F. N.; SOUTO, M. S. M.; ARRUDA, R. C. N.; COSTA FILHO, V. M.; ROSÁRIO, C. J. R. M. do; BEZERRA, N. P. C.; BEZERRA, D. C.; COIMBRA, V. C. S. Caracterização da produção pecuária da agricultura familiar maranhense. 2023. Disponível em: <https://downloads.editoracientifica.com.br/articles/230513152.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2025.

VALÉRIO, V. J. O. Entre a segurança e a soberania alimentar: por uma abordagem crítica da produção e distribuição de alimentos. Retratos de Assentamentos, São Paulo, v. 22, n. 1, p. 32-49, 2019.

VIEIRA, M. S.; SOUSA, A. S; MENDES, M. F.; TAVARES, T. M. V. O Programa de Aquisição de Alimentos no assentamento rural Cupim, municípios de Sampaio e Carrasco Bonito/Tocantins. Revista Geográfica Acadêmica, Boa Vista, v. 17, n. 1, p. 23-39, 2023.